

AS MULHERES DO ACAMPAMENTO OLGA BENÁRIO NA LUTA PELA TERRA NO TOCANTINS

THE WOMEN OF CAMP OLGA ENÁRIO IN THE FIGHT FOR THE LAND AT TOCANTINS

Gessivan Carmo de Souza 1
Viviane Drumond 2

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a luta das mulheres camponesas pela reforma agrária no Acampamento Olga Benário, situado às margens da BR-153, entre os municípios de Rio dos Bois e Fortaleza do Tabocão, no Tocantins. A pesquisa foi construída a partir de uma abordagem dialética, e tem como ponto de partida o plano empírico. Apresenta um relato das experiências de militantes e moradores do Acampamento Olga Benário, entre eles uma das autoras deste texto, no período de 2013 a 2017. Além disso, buscou interlocução com a teoria feminista, documentos com os princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e as propostas do educador Paulo Freire. Foi possível construir uma aproximação com o processo pedagógico da luta da mulher camponesa pela terra e por direitos sociais. A participação e o protagonismo das mulheres do Acampamento foram fundamentais na luta pela terra, elas assumiram funções de liderança nas instâncias estaduais e nacionais do MST e voltaram a estudar, buscaram conhecimentos para defender seus direitos.

Palavras-chave: Mulheres Sem-Terra. Reforma Agrária. MST. Feminismo. Educação.

Abstract: This article aims to discuss the struggle of peasant women for agrarian reform in Olga Benário Camp, located on the banks of BR-153, between the municipalities of Rio dos Bois and Fortaleza do Tabocão, in Tocantins. The research was constructed from a dialectical approach, starting from the empirical plane. It presents an account of the experiences of militants and residents of Camp Olga Benário, among them one of the authors of this text, from 2013 to 2017. In addition, she sought dialogue with feminist theory, documents with the principles of the Movement of Rural Workers Sem -Terra (MST) and the proposals of educator Paulo Freire. It was possible to build an approximation with the pedagogical process of the peasant women's struggle for land and for social rights. The participation and role of the women in the Camp were fundamental in the struggle for land, they assumed leadership roles in the state and national MST and returned to study, sought knowledge to defend their rights.

Keywords: Landless Women. Agrarian Reform. MST. Feminism. Education.

Pedagoga. Professora efetiva do município de Miranorte. Militante do 1
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Dirigente Estadual do Setor de
Educação do MST, Tocantins. E-mail: gessicarmo2013@hotmail.com

Doutorado em Educação (UNICAMP). Professora do Curso de 2
Educação, UFT, Câmpus de Miracema. E-mail: drumond@uft.edu.br

Introdução

... A mulher foi conquistando
Na construção da história
Respeito, dignidade
Conhecimento e vitória,
Direito de liberdade
Cidadania, igualdade
Espaço, poder e glória.

... Margaridas combativas
Las Mariposas unidas
Dhoroty dos excluídos
Rosas, Marias sofridas
Combatem forte a cobiça
Defensoras da justiça
Olgas, Anitas queridas...

(Poema em Homenagens às Mulheres, de José Mourão)

Este artigo tem como objetivo central discutir o protagonismo das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Acampamento Olga Benário, situado às margens da BR-153, entre os municípios de Rio dos Bois e Fortaleza do Tabocão, TO, na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, configurando um espaço de consciência política e de relações de gênero, na luta cotidiana na atual conjuntura, no anseio por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse pressuposto, o texto retrata as vivências e experiências de militantes e moradores do Acampamento, entre eles uma das autoras desse texto, de 2013 a 2017.

O MST é um movimento que trabalha para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de trabalhadores sem-terra. E agrega, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, a todos: homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. O Movimento busca construir uma sociedade em que prevaleça o respeito ao ser humano e ao meio ambiente, ancorada nos valores da solidariedade, companheirismo e igualdade entre as pessoas. Luta contra as injustiça e busca combater todas as formas de discriminação, preconceito e desigualdade social.

O texto busca destacar a importância da organização feminina, tendo em vista a presença das mulheres sem-terra na estrutura organizativa do MST. O movimento, com o intuito de solidariedade e no enfrentamento por direitos políticos, econômicos e sociais, fortalece a luta das mulheres camponesas, reconhece a importância da participação das mulheres e do protagonismo que elas vêm assumindo no Movimento.

Na construção desse texto foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o feminismo, a partir dos seguintes autores: Pinto (2003), Scott (1995), Del Priori (2001), Teles (2015), entre outros. Também foram utilizadas as cartilhas e outros materiais com os princípios e normas da organização do MST. As teorias e propostas pedagógicas do educador Paulo Freire (1987, 1996, 2000) serviram como referências para discutir a educação como elemento de conscientização política e social.

A construção deste relato foi também um desafio que possibilitou a busca pelo conhecimento e pelo desejo de pesquisar. A compreensão da pesquisa é por meio da dialética materialista histórica; o ponto de partida do processo de conhecimento científico sempre é o plano empírico em sua particularidade, que é parte de uma totalidade (FRIGOTTO, 2014).

Esse trabalho trata particularmente das vivências e experiências das mulheres do Acampamento Olga Benário na luta pela reforma agrária. Para tal, o texto foi organizado de seguinte modo: os princípios do MST e a luta das mulheres camponesas; a luta pela reforma agrária no Acampamento Olga Benário; a importância da educação para MST e a escola no Acampamento Olga Benário; a organização das mulheres sem-terra no Acampamento.

O MST e a Luta das Mulheres Camponesas

O MST foi criado no ano de 1984, é um movimento social de massa, autônomo, que organiza os trabalhadores, as trabalhadoras rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um projeto popular para o Brasil. Historicamente, o MST é um movimento que defende e trabalha para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de trabalhadores sem-terra.

O movimento envolve a participação de um coletivo, sem distinção de idade, gênero, raça, cultura ou religião, desde que os princípios e normas do MST sejam respeitados. De acordo com a organização do MST, a luta das mulheres camponesas se dá também conforme os objetivos do movimento que são: lutar pela terra; lutar por Reforma Agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Ou seja, a luta também é de todas, principalmente por direitos sociais, que foram conquistados e precisam ser afirmados a cada dia com resistência e indignação diante de possibilidade de retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora.

O MST sempre se preocupou com a organização da família camponesa, tendo como compromisso a vida no campo, desde a produção de alimentos saudáveis, até o desenvolvimento de hortas medicinais e uma educação popular que se apoia na teoria de Paulo Freire. Essa educação vai muito além da transmissão de conteúdo, considerando a relação do conhecimento com a cultura e a história de vida das pessoas, a conscientização dos sujeitos, destacando as bandeiras levantadas pelo Movimento, fazendo lembrar que “a luta continua”.

Na organização das famílias acampadas, o MST, potencializa o fortalecimento dos Setores e das ações coletivas, responsáveis pela elaboração e execução dos planos de trabalhos específicos como: Setor de Formação; Setor de Comunicação; Setor de Finanças; Setor de Educação; Setor de Frente de Massas (FM); Setor de Gênero; Setor de Direitos Humanos (SDH); Setor de Produção; Cooperação e Meio Ambiente; Setor de Saúde; Coletivo de Juventude; Coletivo de Cultura e Coletivo Relações Internacionais. (Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST, 2016).

Para o MST não basta apenas vontade e disposição pra lutar, é preciso ter organização, construir estratégias de luta com agilidade política e criatividade nas formas de enfrentamentos para derrotar o agronegócio e todo um sistema que desfavorece as produções agrícolas familiares e de pequeno porte, negando assim, aos camponeses condições dignas de vida, perpetuando a exploração e a desigualdade social que caracteriza a sociedade capitalista e as produções agrícolas nos grandes latifúndios.

Desse modo, as mulheres camponesas protagonizam papéis importantes para o fortalecimento das lutas, desde a ocupação de terras, a organização nos acampamentos e assentamentos, a resistência ao despejo e até mesmo a produção e a comercialização de produtos orgânicos, sem o uso de agrotóxicos, visando garantir a sobrevivência da família.

O setor de gênero é fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres do MST, com os objetivos de conquistar mais oportunidades no Movimento e na vida, de se inserir nas formações e serem dirigentes e militantes, nos setores estaduais e nacionais do MST; viver no mundo onde mulheres e homens possam ser felizes, sem exploradores e explorados. Tal como consta no Programa Agrário do MST:

Assim, a nossa luta e o nosso programa de Reforma Agrária Popular visa contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias e, ao mesmo tempo, é dialeticamente dependente dessas transformações. Por isso um novo projeto precisa ser construído com todas as forças populares, voltadas para atender as necessidades e os interesses do povo brasileiro. As mulheres são sujeitas dessas transformações, pois elas representam um acúmulo de forças da classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade. (Cartilha Programa Agrário do MST, 2014, p. 32).

Neste sentido, a trajetória de luta e organização das mulheres sem-terra vem sendo construída em várias regiões do Brasil, a partir de movimentos autônomos de mulheres, associado aos demais movimentos, o que reafirma a luta das mulheres em dois eixos: gênero e classe. O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), instituído em 2003, com a participação de mulheres camponesas, ribeirinhas, quilombolas, trabalhadoras em geral e militantes de várias regiões do país, busca a

transformação das relações sociais de classe e de gênero e também mudanças nas relações com a natureza. Para o MMC constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”. (Site Oficial MMC/Brasil).

Ao longo da história, o movimento feminista teve uma grande influência no papel da mulher na sociedade brasileira, o qual buscou encorajar muitas delas no enfrentamento contra uma sociedade patriarcal, pelo reconhecimento de direitos e participação na esfera social e política. As lutas das mulheres foi se fortalecendo, na conquista de direitos e contra todas as formas de dominação, exclusão e discriminação. A violência contra a mulher é fruto de um passado que deixou marcas na sua história; a mulher era vista como um objeto de domínio do homem, e sua participação na sociedade estava limitada ao espaço doméstico: cuidar do marido, dos filhos e da casa.

Assim, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as mulheres trabalhadoras já lutavam por direitos nas fábricas e sindicatos, nos quais as operárias protestavam contra as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e pelo direito a licença maternidade (TELES, 2015). As diversas necessidades das mulheres foram colocadas a público. O movimento feminista no Brasil foi o responsável direto pela articulação política que resultou nas leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos nos anos 20 e 30 (PINTO, 2003).

A partir dos anos 60 com o golpe militar elas foram caladas e silenciadas, muitas delas foram presas e torturadas. No processo de redemocratização do Brasil, a partir dos anos 80, a participação das mulheres no movimento operário e sindical brasileiro teve papel fundamental no avanço das conquistas políticas, sociais e sindicais.

Atualmente as mulheres vêm participado ativamente das lutas e conquistas da classe trabalhadora, e apresentam demandas próprias, entre elas o direito a creche, a violência doméstica, igualdade salarial, entre outros. Uma das conquistas recentes do movimento feminista no Brasil é a Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, o MST em apoio a luta das mulheres sem-terra e trabalhadoras em geral, caminha na defesa da igualdade de gênero, busca construir relações de respeito e valorização das mulheres que juntamente com os homens vem conduzido a organização do Movimento e a luta pela reforma agrária, assim como mostra a bandeira do MST.

Os caminhos que levam ao Acampamento Olga Benário

O Acampamento Olga Benário, situado às margens da BR-153, entre os municípios de Rio dos Bois e Fortaleza do Tabocão, no Tocantins, teve início no dia 22 de junho do ano de 2013, tendo 330 famílias acampadas e organizadas conforme as normas do MST, fruto do trabalho de base, feito pela militância do Movimento nos municípios mais próximos, com o objetivo de conquistar a terra que foi negociada com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) denominada fazenda Aragarina.

O nome do Acampamento foi escolhido pela força da mulher sem-terra após ter ouvido e assistido a história da luta de Olga Benário, uma militante revolucionária alemã que defendia o comunismo e lutava contra as desigualdades e injustiças sociais. Morreu executada na câmara de gás num campo de concentração pelos nazistas; porém, ela dizia: “Eu lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo!”. (MORAIS, 1993).

Nesse Acampamento foram organizados mais de cem barracos de palha e lona preta às margens da BR-153; várias cisternas foram cavadas e foi construído um salão grande para reuniões e assembleias direcionadas à questão da compra da fazenda Aragarina e outros assuntos referentes à luta por direitos e pela reforma agrária.

No Acampamento Olga Benário grandes conquistas foram alcançadas, porém, os retrocessos foram alarmantes; as injustiças com o povo sem-terra representam a barbárie, tanto nas questões de descasos dos órgãos competentes, das políticas públicas e também com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O golpe da burguesia foi uma derrota na luta dos movimentos populares, o Acampamento Olga Benário foi vítima do retrocesso político no país.

Diante das várias formas de lutas no período de 2013 a 2017, o Acampamento sofreu com

o processo de criminalização contra os movimentos populares, especificamente os acampados, dentre eles a prisão de uma companheira de apenas 19 anos, da forma mais truculenta e arbitrária, pela ação da polícia, sem direito de defesa. Além disso, este período foi marcado por vários acontecimentos: sessenta famílias ficaram desabrigadas por conta de duas enchentes; outras três companheiras morreram na luta sem realizar o sonho de conquistar a terra; o descaso do INCRA com as famílias; as ocupações da fazenda seguida de liminar de despejo e a falta de cestas básicas fornecidas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

A CONAB está presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. Essa presença seria fundamental, tendo em vista, que às margens da BR-153 que liga Belém a Brasília não seria possível produzir alimentos para todas as famílias, além da falta de médicos e de agentes de saúde, bem como a falta de escola itinerante nos primeiros anos do Acampamento.

Na luta pela terra a história das mulheres sem-terra vinculou-se contra todas as formas de dominação e discriminação. No Movimento a participação das mulheres foi intensa, tanto nos enfrentamentos, quanto na formação dos trabalhos de base, na luta pela reforma agrária e pela justiça social.

Assim, várias festividades e eventos marcam a trajetória do Acampamento: a Festa de Natal, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Festas Funinas, cultos, missas, incluindo o evento relativo à Audiência Pública da compra da fazenda Aragarina. Uma das ações organizadas pelo Movimento foi o fechamento da BR-153, além de encontros estaduais do MST: encontro da juventude, encontro das mulheres, curso de formação para coordenadores e dirigentes, curso de agroecologia, organização de viagens para Brasília e para Palmas, e outros.

Ainda no ano de 2014 as famílias do Acampamento Olga Benário sofreram pressão do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), que ajuizou uma ação de reintegração de posse, acumulada com pedido de demolição do Acampamento, localizado na Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-153/TO. Foi deferida a medida liminar, na data de 02/12/2014, para reintegração do DNIT na posse do imóvel. Posteriormente foram definidas as estratégias para a desocupação e foi concedido o prazo de trinta dias para desocupação voluntária; em caso de persistência na invasão, foi definida a data de 13/07/2015 para a desocupação forçada.

O MST, em caráter de urgência, ante a iminência do prazo para a desocupação forçada, compareceu aos autos para noticiar que o INCRA, por meio do Ofício/INCRA/SR-26/G/Nº 786, informou que houve a conclusão do laudo de vistoria de avaliação do local e que o Ministério Público conseguiu quebrar a liminar, levando em conta que a área não estava sob a jurisdição do DNIT. Segundo a legislação, os barracos estavam mais de vinte metros de distância do leito da Rodovia Federal. Nesse caso, a área pertencia a união e não estava sob a jurisdição do DNIT. Mais uma conquista proveniente da luta dos trabalhadores e trabalhadoras que, comemoraram essa conquista entoando, com o braço esquerdo erguido: "Lutar! Construir! Reforma agrária popular!

O Acampamento Olga Benário foi novamente atingido e golpeado quando o então superintendente do INCRA sugeriu que as famílias podiam sair da estrada para produzir alimentos e a criar animais em uma na área indicada por esse órgão público, até que a fazenda Aragarina fosse paga.

Assim, no dia 21 de abril de 2017, as famílias do Olga Benário mudaram-se para a Fazenda Santa Bárbara, uma área da União, no município de Fortaleza do Tabocão. Os/As acampados/as construíram barracos mais resistentes, plantaram melancia, feijão, mandioca, fizeram hortas. Mas, quatro meses depois, foram surpreendidos por outra liminar com ordem de despejo. Os/As moradores do Acampamento foram retirados desta área pela polícia e escoltados até as proximidades da sede do município. E, sem ter para onde ir, construíram novamente o Acampamento, as margens da BR 153, na cidade de Fortaleza do Tabocão.

A Escola no Acampamento Olga Benário

O acesso à educação é uma das condições básicas na construção do Projeto de Reforma Agrária Popular. O MST prioriza a luta pela educação tendo em vista que esse acesso ainda não é garantido ao povo que trabalha e vive no campo. O Movimento buscar realizar um trabalho pedagógico nas escolas dos acampamentos e assentamentos, apoiado na perspectiva educacional

de Paulo Freire. Para Freire (2000) a educação é um ato político, que envolve uma relação dialógica entre mestres e alunos, na construção de reflexões sobre as condições materiais de produção da vida, gerando assim, a conscientização e emancipação dos sujeitos.

Desse modo, a educação traz conhecimentos para os trabalhadores em geral e para aqueles que vivem e lutam por condições dignas de vida e trabalho no campo. De acordo com o Programa Agrário do MST (2013, p. 37): “O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todas e todos que vivem no campo”.

Diante dessas considerações, se fez necessária e muito importante a luta pela escola no Acampamento Olga Benário. Desse modo, em 22 de junho de 2013, foi construída a escola Itinerante Padre Josimo no Acampamento. Porém, em 2014 após a morte de uma companheira que morava com a sua família no Acampamento, ocasionada por um acidente na BR, o coletivo de moradores decidiu homenagear essa mulher guerreira, que morreu lutando pelo direito a terra e substituiu o nome da escola por: Escola Itinerante Marinês Melo.

O Setor de Educação do Acampamento juntamente com as mães, os pais, e todos os interessados pela escola se envolveram com esse projeto. Por meio de ofício os/as dirigentes do Acampamento solicitaram a Secretária de Educação do município de Fortaleza do Tabacão apoio e alternativas para o funcionamento da escola no Acampamento Olga.

Mas, a resposta obtida foi que o município poderia oferecer o transporte escolar para conduzir os alunos até a cidade, e que eles seriam matriculados nas escolas regulares do município, pois a prefeitura não dispunha de recursos para contratar professores para trabalhar na escola do Acampamento. Para os/as moradores essa não foi a solução ideal, eles preferiam uma escola próxima ao seu local de moradia e que seguisse os princípios educacionais defendido pelo MST.

Assim, no ano de 2014, a escola Marinês Melo encerrou suas atividades por falta de condições de funcionamento. Os alunos foram matriculados em Fortaleza do Tabacão, onde o índice de reprovação foi alto, pois, as vezes, as crianças passavam até uma semana sem comparecerem às aulas, por que o ônibus não vinha pega-las. A Secretaria de Educação não honrou seu compromisso com o transporte dos alunos. O prefeito alegou dificuldades financeiras para manutenção e funcionamento do transporte.

Os pais, mães e responsáveis pelos alunos, indignados com essa situação, afirmaram ao gestor municipal que, se continuasse dessa forma, iriam ao Ministério Público para tentar solucionar o problema, pois os pais, não queriam que seus filhos ficassem sem estudar já que, na luta pela terra, o estudo é prioridade. Nesse desmonte, muitas famílias mudaram-se do Acampamento para a cidade, para garantir a educação dos seus filhos; alguns retornavam nos finais de semana com a esperança de ganhar a terra prometida e outros desistiram da luta pela terra e buscaram alguma colocação de trabalho na cidade.

Durante o ano de 2014 as famílias continuaram firmes na luta; porém, não houve avanço na educação no Acampamento. O espaço da escola foi destinado a celebrações de missas e cultos e outros encontros como a formação dos Sem-Terrinhas e da juventude sobre os princípios organizativos do MST na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

O documento Programa Agrário do MST 2014: Lutar! Construir! Reforma Agrária Popular (2014, p. 44), traz a educação do campo como elemento fundamental no processo de organização do Movimento. Afirma que “a luta pelo acesso à educação escolar é indispensável no processo político da luta pela terra”. E “a educação constitui-se não apenas nos espaços escolares, mas, também em espaços não escolares, garantindo a construção de escolas em todas as áreas de reforma agrária”.

Diante dos valores sociais e humanos o MST defende que o direito à educação também se relaciona a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais, na formação para o trabalho e para a participação política, e até na maneira de produzir alimentos saudáveis.

Com relação a educação dos jovens e adultos, o número de analfabetos no Acampamento era grande, a vontade de aprender a ler e a escrever era maior ainda. Para prosseguir na luta, a melhor maneira naquele momento, por meio da prática coletiva, foi fazer um mutirão e reestruturar a escola, onde os companheiros e companheiras que sabiam ler e escrever contribuísssem na alfabetização dos acampados do Olga Benário.

Nesse sentido, foi fundamental a educação compartilhada por Paulo Freire (1987), como

prática da liberdade, onde ocorre a presença de uma concepção que pensa como político o trabalho do homem. A educação é "... estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem, para produzir e conquistar sua forma humana". (FREIRE, 1987, p. 13).

O Setor de Educação do acampamento Olga buscou respostas nas reflexões propostas por Paulo Freire, quando afirma ser possível uma forma diferente de aprender, onde se deve considerar um aspecto importante na educação de jovens e adultos, que é o acesso à leitura e à escrita. Freire chama a atenção:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se aprendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1996, p. 11).

O Governo Federal, através do MEC, realiza desde 2003 o Programa Brasil Alfabetizado¹ (PBA) voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa foi construído para acabar com o analfabetismo no Brasil, trouxe esperança e expectativas para o Setor de Educação do MST. Os responsáveis pelo Setor de Educação do Movimento Sem-Terra, com o objetivo de acabar com o analfabetismo no Acampamento, buscou organizar turmas de alfabetização de adultos. E, apresentou a demanda à Delegacia Regional de Ensino da cidade de Guaraí, que aprovou a solicitação, após serem atendidas as exigências, conforme as orientações do programa. Assim, foram formadas cinco turmas de alfabetização de adultos em 2015 no Olga e metade dos estudantes concluíram o curso. Com esse programa a escola do Acampamento retomou suas atividades que foram posteriormente paralisadas, em junho de 2016.

Nesse período, os alunos do Acampamento que frequentavam o ensino regular nas escolas da cidade tiveram aulas de reforço em horários alternados, com direito a lanches proporcionados pela prefeitura de Fortaleza do Tabocão. As aulas de reforço foram de grande relevância, pois não houve repetência dos alunos do acampamento que estudavam no ensino regular em Tabocão no ano de 2015.

Nos finais de semana, a prioridade no acampamento era do Setor de Educação, para trabalhar a Ciranda Infantil², que eram momentos específicos dos Sem-Terrinha. Assim, o MST entende que,

A criança do Movimento não pode ser separada do Movimento. Ela está presente no dia a dia da comunidade, nas mobilizações, nos encontros e nos cursos de formação, por isso temos que reconhecer a criança como sujeito do nosso movimento. Temos que garantir espaços para o protagonismo das crianças, espaços para brincadeiras com intencionalidade pedagógica. Valorizar os educadores infantis garantindo a eles maior e melhor formação pedagógica e humana. Lutar por políticas públicas que garantam espaços e condições para que nossas crianças vivam sua infância com dignidade. (Caderno da Infância, Nº 01, 2011, p. 16).

Para o MST, independentemente de como está organizada a família, ela é o espaço mais importantes de vivência das crianças. Nessa abordagem, é na família que se aprende acerca da formação de valores, de princípios, do jeito de viver a vida. Por isso que o MST se preocupa como as famílias vivem, cuidam e educam seus filhos.

Várias atividades são desenvolvidas com os Sem-Terrinhas nas Cirandas Infantis: pinturas,

¹ O "Brasil Alfabetizado" é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizados. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Consulta feita em 22.11.2018.

² Espaço de educação e formação social da criança sem-terrinha, filhos e filhas dos trabalhadores rurais sem terra.

desenhos, histórias e conhecimentos relacionados à terra, família, escola, igreja e a luta pela reforma agrária e por direitos. De acordo com a faixa etária, outros assuntos são abordados. A formação sobre o trabalho coletivo, a divisão de tarefas e os alimentos saudáveis são algumas das pautas mais discutidas nas cirandas.

Um dos trabalhos educativos realizados no Acampamento foi o curso de formação para a coordenação, tendo como tema “Organização do trabalho de base”, ministrado por militantes do próprio Movimento. Organizar, formar e informar os quarenta e seis coordenadores do Olga Benário trouxe resultados imprescindíveis na luta pela terra, pela reforma agrária e pela justiça social.

Um elemento fundamental para a formação dos Sem-Terra no Acampamento Olga Benário foi o curso de Agroecologia, ministrado pelos companheiros de luta do povoado Matinha, levando em consideração que eles plantam alimentos sem uso de agrotóxicos e ainda produzem adubos orgânicos no próprio povoado.

Em 2016 tivemos retrocessos no que diz respeito ao Brasil Alfabetizado, tendo em vista que não foi possível formar as turmas com a quantidade de estudante exigida pelo Programa. As crianças matriculadas nas escolas regulares do município de Fortaleza do Tabocão ficaram desassistidas com relação as refeições e aulas de reforço.

Em 2017, foi possível formar duas turmas do Brasil Alfabetizado com o retorno de algumas famílias ao Acampamento, mas, as atividades deste Programa foram interrompidas quatro meses depois, pois os/as moradores foram novamente retirados da área onde estavam, sem ter conquistado a terra almejada, para plantar, construir suas moradias e a escola para seus filhos e filhas.

As Lutas no Acampamento Olga Benário: “Mulheres Unidas, Jamais Serão Vencidas”

O movimento feminista destaca a mulher como protagonista na sociedade e na luta pelas transformações sociais. A luta por direitos das mulheres no Acampamento Olga Benário é árdua, diante da precariedade de vida e do descaso do poder público no processo político da luta pela terra. As mulheres sem-terra têm sido protagonistas na resistência, na luta e na organização do Acampamento e das famílias, a partir da vivência em outros espaços, em questões para além dos afazeres domésticos e constituindo a sua própria história. Apesar de todos os acontecimentos tristes que ocorreram no Olga, elas se mostram firmes e fortes na luta pela terra, pela reforma agrária e por direitos.

Nessa longa caminhada de quatro anos morando na beira da estrada, as mulheres trabalhadoras do Olga Benário construíram uma mística feminina, de caráter libertador, contra todas as formas de discriminação e violência, desde a ocupação de terras aos embates e enfrentamentos com os latifúndios e policiais, incluindo até mesmo pistoleiros. Essa luta também resultou na participação em marchas pelas estradas, fechamentos da BR, ocupações de órgãos públicos, pela reivindicação de direitos que lhes são negados. Mesmo correndo todos esses riscos na luta pela terra, as mulheres do Olga Benário vêm se organizando e enfrentando preconceitos, violência e a desvalorização do trabalho feminino.

Na trajetória do Acampamento, de 2013 a 2017, as mulheres protagonizaram papéis importantes no fortalecimento das lutas do MST. Assim, no processo de formação de militantes e liderança, com estudos, discussões e reflexões sobre as relações de gênero e a participação das mulheres no Movimento elas concluíram que seria de vital importância constituir um grupo que foi denominado “Mulheres Unidas, Jamais Serão Vencidas”!

A mobilização das mulheres do Olga foi motivada pelas promessas não cumpridas por parte do INCRA, em relação aos compromissos assumidos que envolvam a compra da fazenda Aragarina. Assim, na madrugada do dia 20 de fevereiro de 2014, as mulheres, tendo como parceiros os homens, se organizaram com facão, foice e machado, ferramentas de trabalhar na terra, além de faixas com palavras que retratavam o motivo da invasão daquela área (Fazenda Aragarina), a conquista da terra prometida pelo INCRA.

Nesse pressuposto, a militância, a direção e a coordenação do Acampamento participaram de formação relacionada aos princípios e normas do MST que, no seu processo organizativo, estabelece que a luta pela terra dinamiza experiências sociopolítico-educativas que, por sua vez,

contribuem na organização interna do Acampamento. Esse é o local para construir um ambiente educativo, potencializando as ações e reflexões pedagógicas, numa formação de consciência política e de gênero da mulher camponesa. Nesse sentido, uma das prioridades do ano de 2014 foi a unificação com o Setor de Educação para fortalecer o projeto de construção da uma escola no Olga Benário.

Diante da necessidade que se vivia, as mulheres do Olga juntamente com demais militantes articularam processos de mobilizações com outros movimentos sociais. Depois de várias reuniões com muitas discussões, foi decidido realizar o fechamento da BR-153, tendo em vista três questões: a primeira foi chamar a atenção do INCRA no Estado do Tocantins e em nível Nacional, a segunda questão foi reivindicar as cestas básicas que as famílias acampadas recebiam da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e por fim a questão do pagamento da terra pelo INCRA, uma vez que os/as moradores e militantes já haviam ocupado essa área.

Assim, homens, mulheres, jovens e crianças acordaram na madrugada do dia 15 de novembro de 2014 e fecharam a BR, como estratégia de segurança, utilizamos fogo e pneus para fazer uma barricada. Além disso, levamos faixas com palavras de ordem, além de muita música e poesia. O hino dos trabalhadores rurais sem-terra ecoava aos ouvidos de longe: “Braço erguido ditamos nossa história, sufocando com força os opressores, hasteamos a bandeira colorida, despertemos nessa Pátria adormecida, o amanhã pertence a nós trabalhadores!” (Coletivo de Cultura do MST, 2014).

Nessa atividade, os/as militantes fizeram barreiras utilizando-se de várias estratégias na divisão de tarefas, envolvendo todos os setores e coletivos a participarem da luta. Foram tarefas como a Ciranda Infantil no Setor de Educação, o Setor de Saúde com médicos e enfermeiras parceiros do Movimento, o Setor de Frente de Massa responsável pela segurança, o coletivo de Infraestrutura que organizou desde a cantina à elementos que concretizaram o fechamento da BR e o coletivo de Cultura munido de instrumentos musicais, dentre outros.

Nesse ato os sem-terrinhas desenhavam, brincavam, cantavam e aprendiam sobre o Movimento Sem-Terra, acompanhados de todo o coletivo de educação. Como afirma o Caderno da Infância Sem-Terra, “o lugar da criança do movimento é no Movimento. Ela não pode ser pensada nem separada da luta de sua família, de todos e todas sem-terra.” (Cadernos da Infância, 2011). A Polícia Rodoviária Federal acompanhava e fazia a segurança, levando em consideração que, de acordo com linguagem dos sem-terra “lutar não é crime”.

Diante disso, outras articulações surgiram e as mulheres do Olga Benário construíram espaços para discussão e debates acerca das dinâmicas de lutas, com o objetivo de assumirem, de igual para igual com os homens, funções específicas no Movimento. E, tendo em vista que o acesso à educação é indispensável no processo político da luta pela terra, muitas companheiras voltaram a estudar. Quanto mais a coordenação e militantes participavam de formações, maior era a sua compreensão e desejo de lutar pelos seus ideais.

O grupo “Mulheres Unidas, Jamais Serão Vencidas”, unificadas a outros movimentos, foram além da luta pela terra; lutaram e fizeram campanha pelo Plebiscito Popular, por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político no Acampamento Olga, nas cidades circunvizinhas, nas Universidades mais próximas, em todos os assentamentos conquistados pela luta dos trabalhadores. Pois, de acordo com Cartilha Plebiscito Constituinte: “Todos os brasileiros e brasileiras têm direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure, de fato, que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme as reais vontade e necessidade da maioria”. (Cartilha Plebiscito Constituinte, 2014, p. 1).

Em 8 de março de 2015 as mulheres do Olga fecharam a BR em Guaraí, fazendo lembrar que estavam ainda na luta pela fazenda Aragarina e contra o *impeachment* da Presidente Dilma. Nesse mesmo ano a luta, não só das mulheres, mas de todo o Acampamento foi intensa: Homens e mulheres, jovens e crianças acamparam na porta do INCRA em Palmas, por um período de mais de trinta dias, resistindo e lutando por condições dignas de vida e trabalho para todos. Enquanto isso, na mesma época, outros companheiros construíram um acampamento em Brasília de frente ao Palácio do Buriti, onde permaneceram durante quarenta dias, na luta por uma mesma causa: a compra da fazenda Aragarina, contra o *impeachment* da Dilma e a luta por moradia.

Ainda no ano de 2015, com apoio de outros movimentos sociais, as mulheres e a juventude

sem-terra do Acampamento Olga ocuparam a Secretaria da Fazenda e o Palácio do governo em Palmas, reivindicando a compra da área desejada.

O ano de 2016 foi tenso e marcado por conflitos, a saída da presidente Dilma desmotivou a vida das famílias e a luta pela terra no Olga Benário. Vários acampados desistiram de lutar pela terra e pela reforma agrária. Companheiras morreram antes de conquistar a terra que tanto desejavam. Mas as poucas guerreiras camponesas não deixaram de enfrentar e continuaram na luta. Ocuparam a secretaria da Agricultura na gestão da Kátia Abreu, na luta contra o agronegócio, destruíram um galpão da empresa multinacional de agronegócio e alimentos Bunge em Porto Nacional, contra o plantio abusivo de soja, com uso alarmante de agrotóxico.

No início março de 2017, em Brasília, houve a participação das mulheres do Acampamento Olga Benário na Jornada de “Luta das Mulheres Sem-Terra”, que teve como lema: “Estamos todas despertas: contra o capital e o agronegócio. Nenhum direito a menos!”. Esse foi um grito de resistência frente ao pacote de medidas do governo golpista que propôs a reforma da Previdência.

No ano de 2017, a luta prosseguiu, porém com mais revolta. As mulheres ocuparam vários órgãos em Palmas, a capital do Estado do Tocantins, com muita indignação, tais como a Caixa Econômica Federal, o Prédio da Previdência, e, mais uma vez, construiu-se uma nova estrutura de acampamento em frente do INCRA, onde as famílias permaneceram acampadas por um período de trinta e dois dias até a representação Nacional do INCRA comparecer e explicar a situação em que se encontra a questão agrária no Brasil.

As mulheres se uniram com outros movimentos e acamparam na Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Palmas, onde realizaram o “Dia Internacional da Mulher” com muita dinâmica e construíram perspectivas de luta pela educação do campo, contra o agronegócio, contra a Reforma da Previdência e contra todas as formas de discriminação e de violência contra a mulher camponesa.

Um fato que indignou as mulheres sem-terra do Olga Benário foi a prisão da companheira e jovem militante de 19 anos, que estava prestando solidariedade ao Acampamento Dom Celso em Porto Nacional, onde as famílias estavam sendo torturadas pela polícia militar. Assim, as “Mulheres Unidas, Jamais Serão Vencidas”, foram à Porto Nacional reivindicar a liberdade da companheira Jéssica, munidas de faixas e palavras de ordens e entoando a música do Movimento, como: “Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”. E as palavras de ordem: “Sem Feminismo, não há socialismo!”; “Mulheres em ação pra fazer revolução!”; “Libertem nossa companheira, ela não é bandida e sim mulher trabalhadora”!

Diante da luta de quatro anos o pior momento, para o movimento, foi ser escoltado pela polícia que, com todo o aparato, obstruiu e despejou as famílias de forma truculenta e com abuso de poder. Mas, a “luta continua companheiras!” A vida continua e não podemos jamais desanimar, perder nossa capacidade de resistência e deixar que nos tomem a nossa dignidade.

Para enfatizar as ideias discutidas nesse estudo apresentamos o depoimento de mulheres militantes e dirigentes do MST, que participaram das lutas pela terra, como sujeitas históricas nesse processo, integrantes do grupo “Mulheres Unidas, Jamais Serão Vencidas!”. Elas terão seus nomes preservados e usaremos nomes fictícios.

No dia 15 de julho de 2015 tive o prazer de conhecer o MST. Confesso que, no início, tudo foi difícil, mas ao perceber a importância da luta por direitos, dignidade, respeito e igualdade, daí então me apaixonei por esse movimento acolhedor e que nós, as mulheres, aprendemos que unidas somos fortes e capazes de enfrentar esse mundo patriarcal! Uniremos nossas forças para lutar contra a Reforma da Previdência e contra qualquer injustiça e ato de violência! (Aurora, s/p).

Eu conheci o Movimento Sem Terra através de uma amiga que estava acampada, nessa visita que fiz a minha amiga resolvei lutar também por um “pedacinho” de terra, com minha vivência no Acampamento, soube que o Movimento incentivava cursos de

formação como o PRONERA a bacharelados, licenciaturas para beneficiários da reforma agrária. Fiz o vestibular e hoje estou no 6º Período de Direito, estudo na UFG de Goiás. Apreendi com o Movimento que o conhecimento é fundamental para lutarmos pelos nossos direitos, temos nossos direitos violados todos os dias. E quando terminar o meu curso, pretendo ajudar meus companheiros a lutar por uma causa mais justa, de igual para igual, contra o capitalismo que nos oprime e que nos massacra todos os dias. Estou adquirindo argumentos para lutar juridicamente por direitos constitucionais como o direito à terra, entre outros. (Jade, s/p).

Quando conheci o Movimento Sem Terra, fiquei encantada com a sua ideologia. Envolvi-me tanto, ao ponto de prorrogar minha faculdade, correndo o risco de perdê-la. Fui concorrer a uma terra, mas após participar das lutas, sobretudo do Setor de Educação, vesti a camisa e hoje sou militante e contribuí na direção do Acampamento Olga Benário até o ano de 2017. (Gaia, s/p).

Essas falas trazem a força das mulheres camponesas e militantes do MST, que lutam pela reforma agrária, pela educação, por justiça e direitos sociais.

Considerações Finais

O artigo buscou uma aproximação ao processo pedagógico da luta das mulheres camponesas pela terra, pela reforma agrária e por direitos sociais, tendo como base a organização do MST e sua importância na formação política e social da consciência de gênero. Tomou como referencial teórico os conhecimentos sobre a teoria feminista, que requer atenção para a categoria gênero, como instrumento transformador, pois destaca o protagonismo da mulher na luta pela terra.

Desse modo, além de desenvolver um trabalho na militância, as mulheres sem-terra estão engajadas em outras esferas, como nas atividades domésticas e também na produção, na escola, entre outras ocupações. Com as divisões de tarefas e funções entre a coordenação, a militância e os núcleos de trabalho, as mulheres do Olga Benário ocuparam seus espaços na formação política, pois a luta pela terra e por direitos vai muito além da rotina doméstica: cozinhar, lavar, cuidar dos filhos e do marido.

Observamos que, mesmo com o envolvimento na luta política e social muitas mulheres ainda sofriam com a violência doméstica praticada pelos seus companheiros. Então, foi após várias assembleias direcionadas ao tema das relações de gênero, que a participação da mulher camponesa no Acampamento Olga se potencializou na construção de uma nova visão dos direitos das mulheres, gerando uma força política, visando transformações nas relações de gênero e sociais.

Levando em consideração os avanços e os retrocessos, a participação e o protagonismo das mulheres do Acampamento Olga foram fundamentais na luta do Movimento. Elas vêm construindo sua própria história, numa luta que se estende por mais de quatro anos. Nesse processo e com essa perspectiva, muitas mulheres assumiram cargos e funções de liderança nas instâncias estaduais e nacionais do Movimento Sem-Terra, voltaram a estudar e buscaram conhecimentos para defender seus direitos.

Acreditamos na dinâmica da luta pela terra e pelos direitos das mulheres, pois, por mais longa que seja a caminhada, sempre há esperança e otimismo. As mulheres do Acampamento Olga Benário ainda não adquiriram sua terra, mas jamais deixarão de lutar por ela e contra qualquer forma de injustiça social.

Referências

Cartilha Plebiscito Constituinte: Por uma constituinte exclusiva soberana do sistema político. Plenária Nacional dos Movimentos Sociais. Secretaria de Comunicação da CUT, São Paulo, 2010.

Coletivo de Cultura do MST. Secretaria Nacional do MST: Brasília, DF, 2014.

Caderno da Infância Nº 01. Educação da Infância Sem Terra: Orientações para o Trabalho de Base. Brasília, DF, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. São Paulo, Cortez. 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In. CALDART, R. S. & ALENTEJANO, P. (Orgs.) **MST, Universidade e pesquisa** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAIS, Fernando Gomes de. **Olga.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Movimento de Mulheres Camponesas. MMC Brasil. <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>. Consulta feita no dia 22.11.18.

Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST. Secretaria Nacional do MST, Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Programa Agrário do MST: lutar, construir reforma agrária popular! Uma publicação dos trabalhadores Rurais Sem Terra. Secretaria Nacional do MST, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20(2), 71-99, 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart (Org.). **Creche e Feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: leitura Crítica; ALB; São Paulo: FCC, 2015.

Recebido em 18 de agosto de 2019.

Aceito em 11 de novembro de 2019.